

3 - MÓDULO 01

3.3 - SUBPROJETO 03 CADASTRAMENTO, MAPEAMENTO E ANÁLISE DA REDE DE ATENÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE NO MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL

Este subprojeto será desenvolvido em parceria com a PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E ARTES - DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA - CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA **UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL - UCS**

RESPONSÁVEIS:

Profa. Mara de Oliveira

Profa. Ramone Mincato

3.3.1. APRESENTAÇÃO

A Política de Seguridade Social passou, a partir da Constituição de 1988, a ter um significado de proteção social alargada, estando alicerçada no tripé saúde, previdência e assistência social.

A importância e a emergência em constituir a assistência social dentro do contexto de política pública universal, impõe, no contexto brasileiro, um novo caráter a sua forma de organização e gestão, superando as velhas formas assistenciais e paternalistas objetivando, desta forma, enfrentar profissionalmente e pela via cidadã, as diversas expressões da questão social. Ou seja, garantir publicamente uma política de assistência social a todos os cidadãos que, fora do contexto contributivo, necessitem dos mínimos sociais para a garantia das suas necessidades básicas.

O município de Caxias do Sul – Rio Grande do Sul, vem através dos governos municipais, buscando incorporar na sua forma de gestão pública descentralizada, alicerçar esta nova concepção de construção dos direitos sociais. Assim, desde 1997, a coordenação e execução da Política Municipal de Assistência Social de Caxias do Sul, tanto para o segmento da infância e adolescência, quanto para os segmentos demandatários da assistência social, passou a ser administrada pela Fundação de Assistência Social – F.A.S., em consonância com a nova filosofia de trabalho posta a partir da Constituição de 1988.

Para responder a sua finalidade, está sendo necessário, entre outros, adequar espaços, redimensionar referenciais na comunidade, construir estratégias de mobilização a fim de atingir os contingentes populacionais mais excluídos, conhecer a realidade social e institucional para onde se encaminham estes contingentes, implantar e descentralizar ações, no intuito de atender às demandas crescentes e as propostas de gestão pública.

Diante da atual conjuntura , que se caracteriza por processos cada vez mais aprofundados de exclusão social, os programas de assistência social, para que garantam alternativas de inclusão, devem ser contemplados, com maior volume de recursos para ampliação, descentralização e criação de novos programas, efetuar as *necessárias interfaces, parcerias e integrações, viabilizando ações de enfrentamento à situação de exclusão*. Para isso, as gestões municipais precisam conhecer e reconhecer as múltiplas expressões da questão social. Precisam pesquisar e conhecer a realidade, para poder se apropriarem de indicadores que desvelem as possibilidades que estão postas na realidade, mas necessitam serem transformadas em alternativas institucionais, em projetos e frentes de trabalho.

Para nos aproximarmos desta perspectiva, necessitamos compreender como tem sido prestado o atendimento à população empobrecida em nosso município, seja quantitativa, seja qualitativamente. Se queremos trabalhar na perspectiva de inclusão social é indispensável que saibamos a extensão da exclusão, o grau de empobrecimento /deterioração das condições de vida da população e do atendimento prestado.

3.3.2. JUSTIFICATIVA

Uma das principais funções da Política Pública de Assistência Social hoje, enquanto possibilidade de garantia de direitos de Proteção Social aos grupos da população vulnerabilizados pela pobreza e pela exclusão, é propiciar um conjunto articulado de ações públicas e privadas que se efetive de forma integrada com as demais políticas setoriais, como saúde, educação, alimentação, habitação, saneamento, cultura, previdência social, trabalho, justiça, agricultura, entre outras.

Na implementação da política de Assistência Social, como a própria Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS estabelece, é necessário criar relações e redes inter-organizacionais, com a perspectiva de um sistema de interdependência, cooperação e complementaridade. Para isso, é necessário criar redes de comunicação entre os órgãos gestores das políticas sociais, as diferentes organizações prestadoras de serviços e os Conselhos de Assistência Social, dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselhos Tutelares, de modo a maximizar a utilização dos recursos disponíveis, ampliar a cobertura e aumentar a qualidade dos serviços.

A Assistência Social tem que se efetivar de forma plena, seja na concessão de benefícios, seja no acesso aos serviços, criando condições para que seja alcançável por todos que dela necessitam. Para isto, precisamos saber o que existe e como isso vem sendo efetivado/prestado ao usuário, visando a garantia do atendimento qualitativo das necessidades do usuário e, em última instância, a efetivação de uma Assistência Social como possibilidade concreta de satisfação às demandas coletivas.

Para isto é necessário efetivar plenamente o sistema descentralizado e participativo de assistência social – constituir maior eficiência e eficácia no atendimento prestado pelas instituições; sendo indispensável, entre outros, permanente:

- diagnóstico sócio-econômico do município que definam partilha de recursos entre as entidades e organizações sociais – composto através do conhecimento e organização das redes pública e privada de assistência social já existente;
- supervisão, acompanhamento e avaliação;
- adequada prestação de contas e a divulgação pública dos resultados alcançados;
- criação de um cadastro único (instrumento indispensável para o gerenciamento da rede prestadora de serviços) que possa subsidiar os processos de formulação, implementação,

acompanhamento, avaliação e reformulação da política de assistência nas três esferas de governo.

3.3.3. OBJETIVOS

GERAL

Efetuar um balanço analítico da situação da Rede de Atenção à Criança e Adolescente contribuindo na promoção de uma adequada e necessária articulação e integração entre as diferentes ações desta rede de assistência social, sejam elas governamentais ou não governamentais. Na perspectiva de identificar questões que devem ser enfrentadas, bem como possibilidades de superação das mesmas.

OPERACIONAIS

- Obter dados com bases confiáveis, que permitam conhecer, de forma visível e transparente o atendimento prestado, tornando-o acessível a quem dele precisar.
- Compreender e analisar a prestação de serviços da rede assistencial do município, na perspectiva de propor alternativas possíveis e adequadas aos princípios da LOAS e do ECA.
- Estabelecer relações entre os dados coletados sobre a rede que presta assistência social a CRIANÇA, ao ADOLESCENTE e seus FAMILIARES, de modo a tornar possível uma nova percepção, entendimento, compreensão sobre as condições de atendimento, prestação de serviços e as condições de vida de população usuária.
- Contribuir, através do diagnóstico construído, com o sistema de *controle social* - vigilância, fiscalização, monitoramento e avaliação desta rede de assistência social – conforme recomendação da Constituição/ ECA, LOAS, SUS.
- Contribuir, através da análise dos dados, com a elevação de índices/ padrões de qualidade dos benefícios e serviços prestados .
- Contribuir na construção de instrumentos técnicos e políticos que permitam efetivar o novo modelo de gestão das políticas públicas bem como de sistemática operacional de atendimento.
- Contribuir na verificação das necessidades de ampliação e cobertura de atendimentos.
- Contribui no estabelecimento de prioridades na alocação e aplicação de recursos, através do levantamento e análise dos dados.
- Contribuir na diminuição dos riscos de pulverização das ações, através da compreensão sobre as condições e serviços prestados.
- Contribuir na otimização dos recursos financeiros e técnicos.

3.3.4. METODOLOGIA

Público Alvo:

Entidades e Organizações Sociais de Caxias do Sul - governamentais ou não-governamentais - que prestam Assistência Social a crianças e adolescentes e seus familiares. (ANEXO 1)

Instrumentos Básicos de Pesquisa:

- Entrevistas estruturadas através de questionários que deverão permitir diferentes e vários cruzamentos entre dados.
- Utilização de programa informacional específico para a estruturação de um Banco de Dados.

Procedimentos e fases da pesquisa:

A pesquisa será dividida em etapas, não necessariamente seqüenciadas e/ou separadas, que permitirão, em curto espaço de tempo, levantar os dados e fazer a sua análise.

1ª etapa: Cadastramento e coleta dos dados junto às instituições, a partir do instrumento criado – formulário (ANEXO 2). Esta etapa deverá identificar entre outros, a instituição, sua cobertura e acesso de atendimento, o que, quem, por que e como atende, qualidade do atendimento, ou seja sua população alvo, objetivos, operacionalização, alcance, equipamentos, serviços disponíveis benefícios concedidos, descrição do fluxo percorrido pelo usuário.

2ª etapa: Criação do programa específico para o banco de dados, que possa ser permanentemente atualizado, que agregue constantemente novas informações e aumentando aprofundando, clareando as existentes.

3ª etapa: Organização e processamento de dados coletados.

4ª etapa: Caracterizar o atendimento prestado. na perspectiva de diagnosticar as condições da prestação de serviços, bem como quem são os usuários ,quais os grupos atendidos, que demandas, expressões sociais que estão exigindo ações imediatas e inadiáveis, ou seja caracterizar e perfilar cada entidade de forma global que prestam atendimento em Caxias do Sul. A partir disto caracterizar e perfilar a Rede na sua totalidade através do mapeamento e análise do até então pesquisado.

5ª etapa: Elaboração do relatório final.

Para todas as etapas da pesquisa será necessário além dos pesquisadores, bolsistas que possam trabalhar na coleta dos dados de maneira a garantir a fidedignidade e a confiabilidade das informações, necessitando desta forma um acompanhamento avaliativo permanente de todo trabalho desenvolvido.

Além disto, a equipe apresentará propostas alternativas de solução de problemas que forem identificados a partir da pesquisa, como também trabalhará de forma integrada ao projeto, visando a continuidade das ações e como suporte científico e técnico ao projeto. Ao final, será publicada uma revista com o relatório final da pesquisa, o diagnóstico obtido, que servirá também como guia das entidades da REDE de Caxias do Sul .

3.3.5 . CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES

DURAÇÃO PREVISTA: 06 MESES

ATIVIDADES	PERÍODO					
	01	02	03	04	05	06
Cadastramento e coleta de dados junto às Instituições.						
Criação do Programa específico para o Banco de Dados.						
Organização e processamento dos dados coletados						
Caracterizar/Diagnosticar as condições da prestação de serviços, bem como quem são os usuários, quais os grupos atendidos, que demandas, expressões sociais que estão exigindo ações imediatas e inadiáveis, ou seja, caracterizar e perfilar cada entidade de forma global que prestam atendimento em Caxias do Sul. A partir disto, caracterizar e perfilar a Rede na sua totalidade através do mapeamento e análise do até então pesquisado.						
Elaboração do Relatório						

3.3.6. ORÇAMENTO

PERÍODO: 06 MESES

CUSTOS	QUANT.	VL.R. UNIT.	TOTAL
1. Custos com Pessoal			19.735,07
1.1 Responsável 40hs/mês	240	20,21	4.851,48
1.2 Colaborador 1 40hs/mês	240	18,77	4.504,28
1.3 Encargos Sociais Trabalhistas	-	-	6.443,31
1.4 Quatro Bolsistas 20h/semana	6	656,00	3.936,00
2. Material Permanente	-	-	2.000,00
2.1 Programa de Computação Específico	1	2.000,00	2.000,00
3. Material de Consumo	-	-	1.540,00
3.1 Papel de Ofício A4 p/ impressão	2.000	0,02	40,00
3.2 Disquetes 3,5"	50	1,00	50,00
3.3 Cartuchos tinta de impressão	10	75,00	750,00
3.4 Material de Expediente	1	700,00	700,00
4. Outros Serviços de terceiros e Encargos	-	-	280,00
4.1 Passagens urbanas – transporte. Col.	400	0,70	280,00
4.1 Impressão de Revista com os resultados , análises da Pesquisa , para divulgação impressa e como guia das entidades	2.500	3,20	8.000,00
CUSTO TOTAL	-	-	34.710,57